



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª Câmara de Direito Público

Registro: 2017.0000114515

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0000745-77.2013.8.26.0663, da Comarca de Votorantim, em que é apelante/apelado MARLI DE FATIMA BARBOSA OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S A, Apelados REAL TRANS LOCADORA DE VEICULOS EIRELLI (ME) (SUCESSOR(A)), CARLOS ALBERTO PARRI DE CAMPOS (ME) (SUCEDIDO(A)), CARLOS ALBERTO PARRI DE CAMPOS (SUCEDIDO(A)), ITAU SEGUROS SOLUÇÕES CORPORATIVAS S A e PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM.

ACORDAM, em 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso e determinaram a remessa dos autos para redistribuição. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores MARIA LAURA TAVARES (Presidente sem voto), NOGUEIRA DIFENTHALER E MARCELO BERTHE.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª Câmara de Direito Público

FRANCISCO BIANCO
RELATOR
Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 18974

APELAÇÃO Nº 0000745-77.2013.8.26.0663

COMARCA: Votorantim

**APELANTES/APELADOS: Marli de Fátima Barbosa Oliveira e
Concessionária Rodovias do Tiete S.A.**

**APELADOS: Real Trans Locadora de Veículos Eireli, Itaú Seguros
Soluções Corporativas S.A. e Prefeitura do Município de
Votorantim**

MMª. JUÍZA: Dra. Graziela Gomes dos Santos Biazzim

*RECURSOS DE APELAÇÃO – COMPETÊNCIA –
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – ATO
ILÍCITO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – PRETENSÃO
AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS
MATERIAIS E MORAIS – MATÉRIA AFETA À C.
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO III – INCIDÊNCIA DO
ARTIGO 103 DO REGIMENTO INTERNO E
RESOLUÇÃO Nº 623/13 DESTE E. TRIBUNAL DE
JUSTIÇA – RECURSOS NÃO CONHECIDOS, COM
DETERMINAÇÃO.*

Trata-se de recursos de apelação interpostos contra a r. sentença de fls. 780/786, de relatório adotado, que determinou o seguinte: a) julgou parcialmente procedente ação de procedimento ordinário, para condenar a ré Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ao pagamento do valor de R\$ 10.000,00, a título de indenização por danos morais, decorrentes de acidente de veículo automotor, mais correção monetária e juros de mora; b) julgou improcedente a mesma ação, relativamente às rés: Prefeitura do Município de Votorantim e Real



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª Câmara de Direito Público

Trans Locadora de Veículos Eireli – ME; c) condenou a denunciada Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. ao ressarcimento do valor desembolsado pela denunciante Concessionária Rodovias do Tietê S.A., respeitando-se os limites e termos da respectiva apólice de seguros. Em razão da sucumbência recíproca, as partes litigantes foram condenadas ao pagamento das custas processuais e os respectivos honorários advocatícios.

A parte autora, nas razões recursais, sustentou, em resumo, o seguinte: a) responsabilidade objetiva da ré, Prefeitura do Município de Votorantim, por força do transporte de pessoas doentes em veículos automotores comuns, mediante contrato emergencial; b) a empresa transportadora deve responder pelos danos causados aos passageiros; c) majoração do valor da indenização; d) a condenação em valor inferior ao postulado na petição inicial não autoriza o reconhecimento da ocorrência de sucumbência recíproca, nos termos da Súmula nº 326 do E. STJ. Postulou, por fim, a reforma da r. sentença recorrida.

A ré Concessionária Rodovias do Tietê S.A., por sua vez, sustentou, em síntese, o seguinte: a) o condutor do veículo automotor experimentou mal súbito, caracterizado como caso fortuito; b) exclusão da responsabilidade de indenização; c) ausência de comprovação da ocorrência de risco à incolumidade física ou psíquica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª Câmara de Direito Público

da parte autora. Postulou, por fim, a improcedência da ação.

Os recursos de apelação, tempestivos, dispensado de preparo o da parte autora e, preparado, o da ré, foram recebidos nos regulares efeitos e respondidos.

É o relatório.

Os recursos de apelação, apresentados pelas partes litigantes, não comportam conhecimento, tendo em vista a incompetência desta E. 5ª Câmara de Direito Público.

Trata-se de ação de procedimento ordinário, objetivando o recebimento de indenização por danos morais, em razão do acidente de trânsito, ocorrido em 16.3.11, no KM 175+450 m, da Rodovia Marechal Rondon. E, na ocasião, a parte autora e a respectiva sogra, conduzidas em veículo automotor fornecido pela Prefeitura do Município de Votorantim, dirigindo-se ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, foram atingidas por outro veículo, de propriedade da Concessionária Rodovias do Tietê S.A.. Por fim, em decorrência dos fatos e do óbito da respectiva sogra, a parte autora experimentou danos morais, passíveis de indenização.

Como se vê, a pretensão deduzida pela parte autora,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª Câmara de Direito Público

tendente à reparação civil de danos morais está relacionada com o acidente de trânsito, cuja competência, atualmente, é da C. Subseção de Direito Privado III, nos termos do disposto no artigo 5º, III.15, da Resolução nº 623/13, aprovada pelo E. Órgão Especial, deste C. Tribunal de Justiça, que estabelece o seguinte:

“Ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo, além da que cuida o parágrafo primeiro.”
(destaques acrescidos)

Ademais, é relevante consignar, para fins de partilha da atividade jurisdicional, que o artigo 103 do Regimento Interno, desta E. Corte de Justiça, dispõe o seguinte: ***“a competência dos diversos órgãos do Tribunal firma-se pelos termos do pedido inicial, ainda que haja reconvenção ou ação contrária ou o réu tenha arguido fatos ou circunstâncias que possam modificá-la.”*** (destaques acrescidos)

Portanto, é inexorável o reconhecimento da competência da C. Subseção de Direito Privado III, não havendo nenhuma razão que autorize a modificação de tal entendimento.

Ante o exposto, **NÃO SE CONHECE** dos recursos de apelação, apresentados pelas partes litigantes, determinando-se a



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª Câmara de Direito Público

redistribuição dos autos a uma das E. Câmaras da C. Seção de Direito Privado III, deste Egrégio Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

As partes e os respectivos procuradores ficam cientes de que os incidentes originados do presente recurso poderão receber julgamento pelo sistema virtual (artigo 154, e respectivos, §§, do CPC), sendo que eventual oposição deverá ser formalizada por meio de petição, no prazo estabelecido na Resolução nº 549/11, deste E. Tribunal de Justiça, ou, quando for o caso, no ato de interposição do inconformismo. O silêncio será interpretado como anuência para a adoção do referido procedimento.

FRANCISCO BIANCO
Relator